

COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	160026-COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	ALAN BARBOSA DOS SANTOS	22/05/2026 07:32 (v 0.14)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64271.002713/2026-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros de alimentação e materiais de acondicionamento, a serem utilizados no preparo, manipulação, armazenamento, transporte e distribuição das refeições servidas ao efetivo da Guarnição Militar de Macapá – AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UND FORN	Qtde Total	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Sal fino	461092	Kg	1500	R\$ 1,68	R\$ 2.520,00
2	Sal grosso	454018	Kg	400	R\$ 2,25	R\$ 900,00
3	Massa de Lasanha Resfriada	465350	Pct 500g	500	R\$ 7,80	R\$ 3.900,00
4	Biscoito de maisena.	217132	Pct 400 g	1200	R\$ 4,45	R\$ 5.340,00
5	Biscoito Apresentação: Redondo , Sabor: Chocolate , Características Adicionais: Com Recheio , Classificação: Doce	217139	PCT 140 g	2500	R\$ 3,15	R\$ 7.875,00
6	Biscoito tipo champagne. Embalagem de 150 g. (Similar Bauduco ou Visconti)	255869	Emb 150 g	800	R\$ 6,43	R\$ 5.144,00
7	Biscoito waffer com diversos sabores, pacote com 140 g. (Similar Marilan, Nestle ou Bauduco)	474394	PCT 140 g	2000	R\$ 2,79	R\$ 5.580,00

8	Pimenta do reino moída	463920	Kg	400	R\$ 21,64	R\$ 8.656,00
9	Orégano Desidratado	463916	Kg	40	R\$ 34,22	R\$ 1.368,80
10	TEMPERO, TIPO: COMPLETO. APRESENTAÇÃO: PASTA, APLICAÇÃO:USO CULINÁRIO	233873	Embalagem 300g	1500	R\$ 5,35	R\$ 8.025,00
11	Tempero de alho e sal com 1 kg.	269172	Kg	400	R\$ 16,72	R\$ 6.688,00
12	608265 - Tempero Tipo: Completo Com Pimenta , Apresentação: Pasta , Aplicação: Uso Culinário	608265	Embalagem 300G	280	R\$ 3,68	R\$ 1.030,40
13	Cominho em Pó	463891	Kg	280	R\$ 14,63	R\$ 4.096,40
14	CONDIMENTO TIPO COLORAU - URUCUM EM PÓ	463937	Kg	1500	R\$ 10,10	R\$ 15.150,00
15	Caldo de galinha cx com 24 und	627820	CAIXA 24,00 UN	280	R\$ 13,88	R\$ 3.886,40
16	Caldo de carne cx com 24 und	627821	CAIXA 24,00 UN	280	R\$ 12,24	R\$ 3.427,20
17	Molho shoyo 150 ml	459653	EMBALAGEM 150 ML	1800	R\$ 4,23	R\$ 7.614,00
18	Molho shoyo 1 L	459653	EMBALAGEM 1,00 L	600	R\$ 10,81	R\$ 6.486,00
19	Molho inglês com 1 L	459655	EMBALAGEM 1,00 L	400	R\$ 9,73	R\$ 3.892,00
20	Molho inglês 150 ml	459655	EMBALAGEM 150 ML	1800	R\$ 2,31	R\$ 4.158,00
21	Molho de Pimenta (SIMILAR ou superior MARATÁ GOTA, ou MARIZA)	233565	Frasco 150ml	600	R\$ 2,54	R\$ 1.524,00
22	Mostarda	459667	kg	600	R\$ 8,72	R\$ 5.232,00
23	Extrato tomate. 2 kg (Similar Cica ou Elefante).	459670	Embalagem KG	400	R\$ 11,05	R\$ 4.420,00
24	Extrato de tomate 350 g	459670	Lata 340 g	2400	R\$ 3,40	R\$ 8.160,00
25	Maionese. Embalagem de 3.2 kg.	459658	EMBALAGEM 3,20 KG	200	R\$ 22,18	R\$ 4.436,00
26	Catchup. Embalagem com 1 Kg	459663	EMBALAGEM 1,00 KG	200	R\$ 9,20	R\$ 1.840,00

27	Molho de tomate concentrado. Embalagem com 2 kg.	459672	Embalagem 2 kg	1600	R\$ 11,71	R\$ 18.736,00
28	Polpa de maracujá, Aspecto Congelada	464474	Kg	1200	R\$ 21,65	R\$ 25.980,00
29	Polpa de acerola, Aspecto Congelada	464484	Kg	1200	R\$ 12,30	R\$ 14.760,00
30	Polpa de Cupuaçu, Aspecto Congelada	464488	Kg	1200	R\$ 20,03	R\$ 24.036,00
31	Polpa de Goiaba, Aspecto Congelada	464514	Kg	1200	R\$ 15,66	R\$ 18.792,00
32	Polpa de Açaí Fresco Resfriado Líquido Regional (Aspecto Cremoso do Norte)	464493	1 kg	1200	R\$ 19,87	R\$ 23.844,00
33	Azeite de oliva extra fino virgem. Embalagem com 500 ml (garrafa). (Similar Gallo, Borges ou Andorinha).	463696	Emb 500 ML	500	R\$ 25,69	R\$ 12.845,00
34	Azeite de dendê. Embalagem com 500 ml	463695	Emb 500 ML	200	R\$ 14,26	R\$ 2.852,00
35	Azeitona verde, sem caroço, Unidade com 2 Kg	459639	Und 2 KG	200	R\$ 47,99	R\$ 9.598,00
36	Batata palito congelada, Kg.	464587	Kg	900	R\$ 25,34	R\$ 22.806,00
37	Champignon com Tipo Cogumelo em Conserva	463787	kg	200	R\$ 41,89	R\$ 8.378,00
38	Coco ralado KG	421669	kg	200	R\$ 23,64	R\$ 4.728,00
39	Ervilha, Embalagem com 2 Kg (Similar Quero).	462823	EMBALAGEM 2,00 KG	200	R\$ 21,24	R\$ 4.248,00
40	Milho verde com 2 kg. (Similar Quero ou Predileta)	462824	EMBALAGEM 2,00 KG	200	R\$ 24,09	R\$ 4.818,00
41	Seleta de Legumes, embalagem com 2 Kg (Similar Quero ou Predileta)	462825	EMBALAGEM 2,00 KG	200	R\$ 25,43	R\$ 5.086,00
42	Leite condensado com 395 gramas.	625631	Und 395 gramas.	5400	R\$ 6,34	R\$ 34.236,00
43	Leite de coco com 500 ml. (Similar Ducoco ou Sococo)	464012	UND 500 ML	600	R\$ 6,01	R\$ 3.606,00
44	Uva Passa sem caroço, escura.	464883	Kg	100	R\$ 21,58	R\$ 2.158,00

45	Aroma artificial, tipo essência, sabores variados	613817	Litro	80	R\$ 85,70	R\$ 6.856,00
46	Chocolate, apresentação gotas	467318	Pct 1 Kg	200	R\$ 41,98	R\$ 8.396,00
47	Chocolate granulado. Pct	471259	EMBALAGEM 100,00 G	400	R\$ 4,81	R\$ 1.924,00
48	Fermento biológico, tipo seco instantâneo, embalado à vácuo, aplicação fermentação de pães (qualidade superior ao Saf-instant)	481031	EMBALAGEM 500 G	320	R\$ 22,37	R\$ 7.158,40
49	Fermento químico, em pó com 100 gr	459586	EMBALAGEM 100,00 G	400	R\$ 4,76	R\$ 1.904,00
50	PREPARADO PANIFICAÇÃO, TIPO:MELHORADOR DE FARINHA, MODELO: RITMO PARA PÃO, COMPOSIÇÃO: PASTOSA 150GRAMAS	467538	300g	1000	R\$ 10,36	R\$ 10.360,00
51	Farinha de Trigo, Tipo I, Sem Fermento, saco com 50 kg	465332	SACO 50KG	120	R\$ 181,69	R\$ 21.802,80
52	Farinha de Trigo, Tipo I, Sem Fermento, saco com 25 kg	465332	SACO 25KG	240	R\$ 88,27	R\$ 21.184,80
53	Água mineral sem gás com 1,5 litros.	445484	GARRAFA 1,5 L	3000	R\$ 7,62	R\$ 22.860,00
54	Água mineral sem gás, embalagem plástica com 500 ml.	445484	GARRAFA 500,00 ML	5000	R\$ 1,91	R\$ 9.550,00
55	Água mineral, sem gás copo plástico com 200 ml.	445484	Copo 200 ml	1000	R\$ 1,44	R\$ 1.440,00
56	Refrigerante. Garrafa de 2 L sabor cola (qualidade igual ou superior a Coca-Cola)	371140	GARRAFA 2 L	1400	R\$ 12,70	R\$ 17.780,00
57	Refrigerante, sabor guaraná. Garrafa de 2 L. (qualidade igual ou superior ao Guaraná Antarctica ou tuchaua.	314061	GARRAFA 2 L	1400	R\$ 6,25	R\$ 8.750,00
58	Refrigerante, sabor laranja Garrafa de 2 L (SIMILAR OU SUPERIOR FANTA, SUKITA)	232699	GARRAFA 2 L	1400	R\$ 6,35	R\$ 8.890,00
59	Refrigerante, Lata de 350ml. Sabor Guaraná (qualidade igual ou superior ao Guaraná Antarctica ou Superior)	314061	LATA 350 ML	2700	R\$ 4,46	R\$ 12.042,00
60	Refrigerante, sabor Cola. Lata de 350ml. similar (qualidade igual ou superior a Coca-Cola)	217784	LATA 350 ML	2700	R\$ 3,65	R\$ 9.855,00

61	Vinagre, matéria-prima álcool Frasco de 750 ml.	269223	FRASCO 750,00 ML	1000	R\$ 3,07	R\$ 3.070,00
62	Vinagre, matéria-prima maçã Frasco de 750 ml.	340581	FRASCO 750,00 ML	900	R\$ 4,88	R\$ 4.392,00
63	Carnes Salgadas Mix Ingredientes para Feijoada	467201	Kg	900	R\$ 23,58	R\$ 21.222,00
64	Atum em Conserva, Tipo Atum Sólido em Óleo (Qualidade Gomes da Costa ou Similar) Lata 170 g	448997	EMBALAGEM 170,00 G	300	R\$ 7,98	R\$ 2.394,00
65	Coração de frango, congelado a -18°C, embalagem em plástico, reembalado em caixa de papelão cintada, com validade mínima de doze meses.	447640	Kg	400	R\$ 26,27	R\$ 10.508,00
66	Peru in natura, apresentação inteiro, temperado.	447646	Kg	350	R\$ 36,34	R\$ 12.719,00
67	Apresuntado, composição carne suína pré-cozida.	447765	Kg	1200	R\$ 16,20	R\$ 19.440,00
68	Presunto Suíno sem Capa de Gordura	447775	Kg	1200	R\$ 33,59	R\$ 40.308,00
69	Queijo Mussarela	446635	Kg	1200	R\$ 49,74	R\$ 59.688,00
70	Queijo Prato	446640	Kg	900	R\$ 39,57	R\$ 35.613,00
71	Linguiça Calabresa grossa, apresentação: Defumada	615353	Kg	1000	R\$ 28,72	R\$ 28.720,00
72	Linguiça Toscana para churrasco.	447705	Kg	1000	R\$ 18,55	R\$ 18.550,00
73	Mortadela (Similar Sadia, Rezende ou Perdigão).	447788	Kg	1200	R\$ 15,80	R\$ 18.960,00
74	Salsicha Hot-Dog embalagem à vácuo (Similar Perdigão, Aurora).	615352	Kg	2000	R\$ 15,70	R\$ 31.400,00
75	Requeijão cremoso, copo de vidro com 200 gramas	618384	EMBALAGEM 200 G	2000	R\$ 8,03	R\$ 16.060,00
76	Ave Chester	447644	Kg	200	R\$ 22,86	R\$ 4.572,00

77	BACON, TIPO ANIMAL: SUÍNA, APRESENTAÇÃO: INTEIRA; ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RESFRIADO(A)	447664	Kg	800	R\$ 39,33	R\$ 31.464,00
78	CHARQUE, TIPO: CARNE SALGADA, ORIGEM:BOVINA, APRESENTAÇÃO:EM MANTAS, ESTADO DE CONSERVAÇÃO:SECO(A)	447733	Kg	1000	R\$ 43,99	R\$ 43.990,00
79	Manteiga de 1ª Qualidade Extra, com Sal Embalagem 500 g	446397	Embalagem 500 g	400	R\$ 19,13	R\$ 7.652,00
80	Canela em casca, Aspecto em Pau, pct (Similar Maggi ou Arisco).	482951	Kg	200	R\$ 65,19	R\$ 13.038,00
81	Gelatina alimentícia, sabores variados.	462729	PACOTE 1,00 KG	800	R\$ 13,66	R\$ 10.928,00
82	Gelatina alimentícia, sem sabor. Embalagem de 12g.	462723	PACOTE 12,00 G	2000	R\$ 5,51	R\$ 11.020,00
83	Geléia de Amora	475568	Pote 300 g	800	R\$ 16,16	R\$ 12.928,00
84	Flocos de Aveia Fino (Similar Quaker ou Superior) Embalagem com 500 g	460501	Embalagem 500 G	400	R\$ 5,96	R\$ 2.384,00
85	Barra de cereal com castanha do pará de 25 gr. (Similar Nutry ou Quakuer)	463966	CAIXA 24 UND	800	R\$ 33,98	R\$ 27.184,00
86	Bebida Láctea logurte Bandeja com 6 und 540 g (Similiar Nestle ou Paulista)	465444	Bandeja com 6 Und	2000	R\$ 13,70	R\$ 27.400,00
87	Bebida Láctea logurte Saco Embalagem 900g	339482	PCT 900 g	2000	R\$ 8,27	R\$ 16.540,00
88	Creme de Leite 200 g	446536	EMBALAGEM 200 G	5000	R\$ 6,52	R\$ 32.600,00
89	Creme de Leite EMBALAGEM com 1Kg	446536	EMBALAGEM 1 KG	1000	R\$ 20,79	R\$ 20.790,00
90	Ovo Branco GRANDE CAIXA 30 CUBAS	467577	unidade caixa com 30 cubas	500	R\$ 27,68	R\$ 13.840,00
91	Ovo de Codorna Bandeja com 30 Ovos	446625	Bandeja	400	R\$ 10,19	R\$ 4.076,00
92	Doce de leite. Embalagem 500g (Similar Camponesa)	462601	Lata	400	R\$ 11,98	R\$ 4.792,00

93	Pão de queijo. Apresentação congelado.	460497	Kg	200	R\$ 39,68	R\$ 7.936,00
94	PREPARO PARA SUCO ARTIFICIAL, PCT 1 KG, RENDIMENTO MÍNIMO 10 L. QUALIDADE QUALIMAX OU SUPERIOR	396125	Kg	4000	R\$ 11,29	R\$ 45.160,00
95	Sorvete Sabores Variados. Embalagem com de 2L (Similar Kibom ou Nestlé)	470750	Embalagem	400	R\$ 31,80	R\$ 12.720,00
96	Abóbora Paulista	463747	Kg	800	R\$ 4,03	R\$ 3.224,00
97	Abóbora Cabotiá	463748	Kg	800	R\$ 4,18	R\$ 3.344,00
98	Alho à granel	611980	Kg	400	R\$ 27,23	R\$ 10.892,00
99	Aipim (macaxeira) grande	463795	Kg	1600	R\$ 4,68	R\$ 7.488,00
100	Alface lisa extra	463833	MOLHO	4000	R\$ 6,73	R\$ 26.920,00
101	Banana Prata	464449	Kg	2400	R\$ 8,74	R\$ 20.976,00
102	Batata inglesa lisa lavada	463754	Kg	6500	R\$ 6,88	R\$ 44.720,00
103	Batata doce rosada extra	463753	Kg	2000	R\$ 3,84	R\$ 7.680,00
104	Beterraba	463767	Kg	400	R\$ 3,33	R\$ 1.332,00
105	Brócolis Japonês (Cabeça)	463838	Unidade	800	R\$ 6,29	R\$ 5.032,00
106	Cebola Roxa	463780	Kg	1000	R\$ 6,30	R\$ 6.300,00
107	Cebola branca.	463781	Kg	1000	R\$ 6,51	R\$ 6.510,00
108	Cebolinha	463878	Kg	1000	R\$ 12,15	R\$ 12.150,00
109	Cenoura	463770	Kg	2000	R\$ 7,31	R\$ 14.620,00
110	Chuchu	463778	Kg	800	R\$ 3,22	R\$ 2.576,00

111	Coentro	463876	molho	400	R\$ 5,07	R\$ 2.028,00
112	Couve Manteiga	463822	Kg	2000	R\$ 8,67	R\$ 17.340,00
113	Couve-flor	463831	Kg	800	R\$ 11,32	R\$ 9.056,00
114	Maçã Gala	464400	Kg	2000	R\$ 14,16	R\$ 28.320,00
115	Maçã Red	464402	Kg	2000	R\$ 17,09	R\$ 34.180,00
116	Mamão Papaya	464404	Kg	600	R\$ 7,45	R\$ 4.470,00
117	Mamão formosa	467418	Kg	600	R\$ 5,83	R\$ 3.498,00
118	Moranga	463746	Kg	800	R\$ 5,17	R\$ 4.136,00
119	Fruta Tipo: Melão Amarelo , Apresentação: Natural	464422	Kg	1200	R\$ 9,08	R\$ 10.896,00
120	Laranja	464393	Kg	1500	R\$ 7,42	R\$ 11.130,00
121	Limão Siciliano	464367	Kg	2000	R\$ 10,61	R\$ 21.220,00
122	Limão Tahiti	464398	Kg	1000	R\$ 4,40	R\$ 4.400,00
123	Pepino Extra para Saladas	463796	Kg	1500	R\$ 6,40	R\$ 9.600,00
124	Pimentão amarelo	463802	Kg	500	R\$ 17,60	R\$ 8.800,00
125	Pimentão verde	463809	Kg	800	R\$ 7,15	R\$ 5.720,00
126	Pimentão vermelho	463808	Kg	800	R\$ 17,21	R\$ 13.768,00
127	Repolho Verde	463839	Kg	800	R\$ 7,03	R\$ 5.624,00
128	Repolho Roxo	463829	Kg	600	R\$ 5,99	R\$ 3.594,00
129	Tangerina	464435	Kg	600	R\$ 7,07	R\$ 4.242,00

130	Uva rubi	464441	Kg	600	R\$ 16,90	R\$ 10.140,00
131	Uva Itália extra.	464438	Kg	320	R\$ 15,05	R\$ 4.816,00
132	Tomate cereja	463803	Kg	800	R\$ 15,82	R\$ 12.656,00
133	Tomate Caqui	463804	Kg	2000	R\$ 9,48	R\$ 18.960,00
134	Tomate Italiano	463805	Kg	2000	R\$ 14,30	R\$ 28.600,00
135	Morango comum.	464328	Kg	200	R\$ 30,30	R\$ 6.060,00
136	Melão Gália	464423	Kg	1000	R\$ 10,28	R\$ 10.280,00
137	Manga Tommy in natura.	464406	Kg	200	R\$ 6,09	R\$ 1.218,00
138	Maracujá azedo, tipo A.	464415	Kg	120	R\$ 10,34	R\$ 1.240,80
139	Melancia redonda grande.	464418	Kg	2000	R\$ 5,65	R\$ 11.300,00
140	Abacaxi perola.	464374	Kg	1200	R\$ 5,24	R\$ 6.288,00
141	Goiabada	487591	Kg	200	R\$ 12,58	R\$ 2.516,00
142	Pêssego em calda. Lata de 400 g	462684	EMBALAGEM 400,00 G	800	R\$ 11,27	R\$ 9.016,00
143	Abacaxi em calda, em rodela 400 g.	462657	LATA 400,00 G	1200	R\$ 16,44	R\$ 19.728,00
144	Ameixa em calda (Similar Predileta ou Olé)	462662	LATA 400,00 G	160	R\$ 15,09	R\$ 2.414,40
145	Pão de Forma Fatiado	460402	EMBALAGEM 500 G	200	R\$ 7,14	R\$ 1.428,00
146	Carvão vegetal. Saco com 20 kg.	616623	EMBALAGEM 20Kg	150	R\$ 53,62	R\$ 8.043,00
147	Rolo de papel alumínio com dimensões de 7,50 m por 45 cm.	479711	Rolo 7,50m	600	R\$ 6,51	R\$ 3.906,00
	Papel filme, material pvc, anti-embuçante, comprimento 1000 m, largura 60 cm, apresentação	390915	Und	80	R\$ 117,14	R\$ 9.371,20

148	rolo aplicação doméstica.					
149	Touca, tipo descartável, material polipropileno, cor branca. Características adicionais: tamanho único com elástico. Caixa com 100 unidades.	332930	Pacote 100 und	120	R\$ 22,50	R\$ 2.700,00
150	Palito de madeira para higiene dental, roliço, comprimento 6 cm. Caixa com 100 unidades.	338854	Und	400	R\$ 3,11	R\$ 1.244,00
151	EMBALAGEM TIPO QUENTINHA: ALUMÍNIO, CAPACIDADE, 1.200 ML, DIMENSÕES 265 MM X 230 MM X 40 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA DE PAPEL	236208	CX com 100 Und	500	R\$ 103,61	R\$ 51.805,00
152	FARINHA MANDIOCA_, APRESENTAÇÃO TORRADA, TIPO GRUPO SECA, TIPO SUBGRUPO FINA, TIPO CLASSE AMARELA, TIPO 1	458921	SACO 1 KG	3600	R\$ 11,62	R\$ 41.832,00
153	Farinha de Milho Flocada, Tipo Flocão para Cuscuz (Semelhante Vitamilho ou Superior)	479080	EMBALAGEM 500g	200	R\$ 3,87	R\$ 774,00
154	BATATA PROCESSADA, ESPÉCIE:INGLESA, TIPO FORMATO:PALHA, TIPO: FRITA, APRESENTAÇÃO: PRONTO PARA CONSUMO	463707	emb 1KG	200	R\$ 31,18	R\$ 6.236,00
155	DOCE NÃO CONFEITADO, TIPO:MASSA, SABOR:PÉ DE MOLEQUE, FORMA APRESENTAÇÃO:TABLETE	462652	pote 800g	900	R\$ 17,18	R\$ 15.462,00
156	DOCE NÃO CONFEITADO, TIPO:MASSA, SABOR: PAÇOCA, FORMA APRESENTAÇÃO:ROLHA	465663	pote 1kg	900	R\$ 26,77	R\$ 24.093,00
157	Copo descartável, capacidade 200ml, COR:BRANCO OU TRANSPARENTE	332641	caixa com 2.500 copos	60	R\$ 174,04	R\$ 10.442,40
158	Amigo de milho	467050	embalagem com 1kg	320	R\$ 7,90	R\$ 2.528,00
159	Bombom (similar a sonho de valsa, serenata)	464008	embalagem com 1kg	50	R\$ 61,28	R\$ 3.064,00
160	Cacau em pó, 100% cacau	463532	500 g	600	R\$ 40,72	R\$ 24.432,00

161	Catupiry	373255	Kg	180	R\$ 20,60	R\$ 3.708,00
162	Cream cheese (queijo cremoso)	446653	Kg	100	R\$ 35,98	R\$ 3.598,00
163	Bebidas Não Alcoólicas Tipo: Isotônico , Ingredientes: Água, Sódio, Potássio , Forma Apresentação: Líquido	600280	und	1000	R\$ 4,99	R\$ 4.990,00
164	Molho madeira pronto para o consumo	476902	Kg	120	R\$ 16,58	R\$ 1.989,60
165	Creme De Leite	446536	embalagem com 300 g	120	R\$ 7,48	R\$ 897,60
166	467538 - Preparado Panificação Tipo: Melhorador De Farinha , Composição: Ácido Ascórbico E Alfa Amilase , Apresentação: Pó	467538	Und	800	R\$ 49,80	R\$ 39.840,00
167	339680 - Colher Descartável Material: Plástico , Cor: Branca , Aplicação: Refeição , Características Adicionais: Resistente, Tamanho Adulto	339680	Pacote 50 Und	200	R\$ 5,03	R\$ 1.006,00
168	Guardanapo De Papel Largura: 33,50 CM, Comprimento: 33,50 CM, Cor: Branca , Tipo Folhas: Dupla , Características Adicionais: Extra Macio	403521	Pacote 50 Und	400	R\$ 3,81	R\$ 1.524,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do **assinatura da ata**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Fornecimento de equipamentos e materiais que atendam os requisitos de sustentabilidade ambiental;

4.1.2. A contratada deverá apresentar pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica do ano de 2024 ou 2025

4.1.3. A contratada deverá arcar com todos os custos operacionais e logísticos relacionados a entrega, a mesma deverá agendar a entrega dos itens junto ao fiscal de contrato, para autorizar o acesso da empresa a área militar;

4.1.4. Todos os materiais deverão possuir garantia mínima de pelo menos 06 meses, ficando isenta a contratada em casos de mau uso do material, para apurar o fato deverá ser escalado pela administração uma comissão com capacidade profissional para realizar a análise do fato;

4.1.5. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a celebração do contrato; e

4.1.6. As obrigações da contratada e contratante estão previstas neste Termo de Referência.

4.1.7. Para os produtos de origem animal, inserir como requisito de aceitação do produto:

a) o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA);

4.2 Também, segundo o Informe Técnico nº 71 de 2016 que aborda o Uso de PET reciclado em embalagens e outros materiais destinados ao contato com alimentos, O uso de PET reciclado que não foi submetido a um processo de descontaminação adequado em embalagens destinadas ao contato com alimentos oferece riscos à saúde da população pela possibilidade de migração de contaminantes para os alimentos. O uso deste material em embalagens destinadas ao contato com alimentos está restrito às camadas da embalagem que não entram em contato direto com o alimento e esta utilização está sujeita à avaliação prévia pela Anvisa. Já o PET-PCR grau alimentício pode ser utilizado para contato direto com alimentos, desde que atenda aos requisitos definidos na legislação sanitária e seja registrado perante a Anvisa previamente a sua utilização.

Os fabricantes de embalagens destinadas ao contato com alimentos que utilizem PET- PCR grau alimentício devem observar o disposto na legislação em vigor sobre as condições de autorização deste uso e os procedimentos para regularização das embalagens ou seus artigos precursores. Devem observar ainda a legislação sanitária referente a materiais plásticos, mais especificamente, as disposições gerais (Resolução n. 105/1999), a lista de substâncias autorizadas para materiais plásticos (RDC n. 56/2012), os aditivos autorizados (RDC n. 17/2008), os corantes e pigmentos (RDC n. 52/2010) e os procedimentos para análise de migração (RDC n. 51/2010). Além disso, os estabelecimentos devem possuir alvará sanitário para fabricação de embalagens destinadas ao contato com alimentos.

4.3. Por fim, o uso de PET reciclado não aprovado em embalagens destinadas ao contato com alimentos contraria a legislação sanitária em vigor, mais especificamente os itens 3.3 e 3.6 da RDC n. 20/2008 e está sujeito às penalidades previstas no inciso IV do artigo 10 da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário).

Pois a Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia.

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público, frente à particularidade do objeto licitado.

Desta feita, considerando que nos estudos da solução escolhida e risco da contratação e termo de referência que apontou as condições de execução do serviço e inclusive a prestação do serviço será medida por IMR-Instrumento de Medição de Qualidade, não se inferiu complexidade técnica e impacto nos riscos envolvidos a ponto de exigir a obrigatoriedade de prestação da garantia contratual pelo fornecedor, até por que, no caso de ocorrer o Risco "*Não cumprimento por parte da empresa com as obrigações contratuais*" adotar-se-á os critérios que tratam de aplicar glosas e sanções administrativas por falta de cumprir a qualidade esperada.

Assim, não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos hortifrúti e demais itens refrigerados é de 3 (três) dias, contados do recebimento da comunicação expressa (pedido) do demandante, enviada por e-mail, em remessa parcelada, conforme necessidade da contratante, que geralmente ocorre semanalmente.

5.2. O prazo de entrega dos demais itens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação expressa (pedido) do demandante, enviada por e-mail, em remessa parcelada, conforme necessidade da contratante.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no Setor de Aprovisionamento do 34º Batalhão de Infantaria de Selva, localizado na avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 4301, Alvorada, Macapá - AP, CEP 68906-801.

5.5. Para todos os itens, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/01/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será de acordo com as quantidades das Notas de Empenho.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por itens.

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços na tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.003.600,20 (dois milhões, três mil seiscentos reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Será realizado o contrato para este certame.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALAN BARBOSA DOS SANTOS

Equipe de apoio

DANIEL PEREIRA CARVALHO

Agente de contratação

CARLOS EDUARDO MUNIZ CALDAS

Autoridade competente